



Trecho do Rodoanel, que faz parte do Programa de Metas paulistano

Cidades com metas

Leis que obrigam prefeitos a cumprir promessas de campanha começaram em São Paulo e hoje estão em 28 municípios

FAUSTO SALVADORI FILHO

Uma das anedotas atribuídas a Ademar de Barros (1901-1969), que foi prefeito de São Paulo e duas vezes governador do Estado, conta que, numa de suas disputas eleitorais, ele encomendou um programa de governo a um jovem economista da Universidade de São Paulo (USP), que se esforçou em fazer um trabalho de qualidade. Ao receber o material, o candidato colocou-o sem ler

numa gaveta e explicou: “A oposição vive me enchendo o saco que eu não tenho programa. Agora, quando falarem de novo, esfrego isso na cara deles”. Décadas mais tarde, o folclore político paulista registraria a declaração de Jânio Quadros (1917-1992) também a respeito de seu programa de governo: “O programa sou eu”.

São histórias que revelam como os programas de go-



verno costumam receber papel de figurante nos debates eleitorais, enquanto discussões sobre a índole pessoal dos candidatos ou temas sem relação direta com a cidade acabam roubando a cena. Numa tentativa de aprofundar a discussão política, colocando o debate sobre os planos de governo no lugar de protagonista, surgiram os Programas de Metas. Trata-se de uma ferramenta que obriga os governantes eleitos a usar seus programas de governo como base para criar uma lista das ações que vão cumprir e dos objetivos que pretendem alcançar até o final do mandato.

O primeiro município a adotar um Programa de Metas foi São Paulo, em 2008, por meio de emenda à Lei Orgâni-

ca do Município aprovada pela CMSP. Desde então, outras 27 cidades adotaram a ferramenta, segundo dados da organização não governamental Rede Nossa São Paulo. Agora, uma proposta no Congresso quer estender a ferramenta para todo o País.

A ideia partiu da Rede Nossa São Paulo, movimento criado em 2007 que reúne mais de 600 organizações da sociedade civil. “A inspiração veio do método de planejamento baseado em metas e indicadores que são usados em vários setores: setor privado, universidades, ONGs, fundações”, explica Maurício Broinizi Pereira, coordenador da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo, para quem “o Programa de Metas ajuda a civilizar o processo eleitoral”. “O

**Atletas pela
Cidadania
comemoram
aprovação do
Programa,
em 2008**

candidato não pode mais fazer promessas fantasiosas de resolver a cidade em quatro anos. Agora ele precisa incorporar as promessas de campanha dentro da capacidade de execução do município”, afirma.

Assinada por Francisco Chagas (PT) e pelos demais 54 vereadores, a Emenda nº 30 à Lei Orgânica do Município, que criou o primeiro Programa de Metas do País, foi aprovada pela unanimidade dos presentes no Plenário da CMSP em 19 de fevereiro de 2008, numa sessão que encheu as galerias de representantes da sociedade civil, entre eles os atletas Raí, Zetti, Ana Moser, Ida e Hortência, da ONG Atletas pela Cidadania. “Isso muda o exercício da gestão pública e dá chance aos eleitores de influenciar as políticas públicas”, declarou Raí na ocasião para a *Folha de S.Paulo*.

A criação do Programa de Metas obedece a um item do Estatuto da Cidade, de 2001, que prevê a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”. É um instrumento do Sistema Municipal de Planejamento, ao lado do Plano Diretor Estratégico, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e do Plano Plurianual.

A emenda à Lei Orgânica afirma que o prefeito tem até 90 dias, após a posse, para apre-

“O candidato não pode mais fazer promessas fantasiosas”

sentar, com base em seu próprio programa de governo (registrado no Tribunal Regional Eleitoral), uma lista das prioridades da sua gestão, a qual deve mencionar ações estratégicas, indicadores e metas quantitativas para as subprefeituras e os distritos do município. Para ser aprovado, o Programa de Metas precisa passar por audiências públicas gerais, temáticas e regionais.

As metas da Prefeitura de São Paulo são divulgadas no site Agenda 2012, elaborado por um trabalho das Secretarias da Prefeitura coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. No site, é possível conhecer cada uma das 223 metas que o Executivo estabeleceu para sua gestão, com os indicadores de desempenho correspondentes, e pesquisá-las por tema ou por local (zonas, subprefeituras e distritos). Em maio, o site informava que, a sete meses do final de seu mandato, a gestão Gilberto Kassab (PSD) havia cumprido aproximadamente um terço dos objetivos anunciados. De 223 metas, 76 apareciam como cumpridas – outras 146 estavam em andamento e uma, a aplicação de R\$ 300 milhões de investimento no Rodoanel, ainda não havia sido iniciada.

Metas em SP

Veja a situação de algumas das metas da Prefeitura de São Paulo em 24/5/12

10 novas unidades AMA-Especialidades	Atingida
4 Viradas Culturais	Atingida
Jornada de 7 horas no Ensino Fundamental	Atingida
Recuperar o Teatro Municipal	Atingida
Implantar 66 quilômetros de corredores de ônibus	Em andamento
Desenvolver Operação Urbana Rio Verde-Jacu Pêssego	Em andamento
85 mil novas famílias no Programa de Urbanização de Favelas	Em andamento
Recuperar 30 pontes e viadutos	Em andamento
Reduzir em 30% as emissões de gases de efeito estufa	Em andamento
Urbanização de favelas e loteamentos em áreas de mananciais (60 mil famílias)	Em andamento
50 novos parques urbanos, naturais e lineares	Em andamento
R\$ 300 milhões de investimento no Rodoanel	Não iniciada

FONTE: AGENDA 2012 - [HTTP://WWW.AGENDA2012.COM.BR](http://www.agenda2012.com.br)

O secretário municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rubens Chammas, afirma que avaliar a gestão a partir de metas cumpridas e não cumpridas é uma análise muito simplista. “Vamos dizer que uma meta seja implantar dez parques. Se eu implantar nove parques, ela vai estar como não cumprida, mas os nove parques já estão à disposição da população”, exemplifica. Segundo Chammas, enquanto algumas metas são tudo ou nada (“reformular o Teatro Municipal, por exemplo, ou se reforma ou não se reforma”), há outras que, mesmo cumpridas em parte, já põem avanços à disposição da população. “Por isso, a nossa análise indica que estamos com o programa alcançando índices de 74% de execução”, afirmou o secretário em maio.

Indicadores

“A discussão em torno de metas é interessante para substituir ou, pelo menos, diminuir a importância da disputa entre partidos, que é superficial e parece disputa entre torcida de futebol”, avalia o economista Hélio Janny Teixeira, livre-docente em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP.

O especialista destaca, contudo, que, para funcionar, os programas de metas precisam

Avaliar gestão em metas cumpridas e não cumpridas é simplista, diz secretário



Fábio Jr. Lazzari/CMSP

vir acompanhados de transparência e bons indicadores para captar com precisão o impacto das políticas públicas na vida dos cidadãos. “Para a população acompanhar com transparência o desempenho de uma gestão, precisa eleger indicadores críticos e significativos, que você possa relacionar com outros”, afirma Teixeira.

Na tentativa de criar indicadores mais precisos, a equipe técnica da Câmara Municipal de São Paulo, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica (PUC), vem buscando desenvolver um sistema capaz de reunir, numa plataforma acessível, os dados dos cinco componentes do Sistema Municipal de Planejamento – o Plano Diretor, a LDO, o Orçamento,

o Plano Plurianual e o próprio Programa de Metas. Segundo Gilberto Rodrigues Hashimoto, supervisor da Consultoria Técnica de Economia e Orçamento da CMSP, a ideia é criar um sistema que permita fazer avaliações quantitativas e qualitativas em áreas como saúde, educação e transporte.

Em Belo Horizonte, a criação de um sistema de indicadores, com dados atualizados sobre a qualidade de vida no município, foi a estratégia usada pelo movimento Nossa BH para pressionar os vereadores a aprovar a proposta de emenda à Lei Orgânica da Lei de Metas que havia sido apresentada em 2009. Deu certo: a Câmara de Belo Horizonte aprovou a emenda em 14 de março de 2012. “Depois que o

Audiência pública sobre orçamento debate metas da Prefeitura

Ameaça de punição para governante que desrespeitar promessas cria polêmica

programa foi aprovado, ficamos nos perguntando como é que conseguimos viver até hoje sem ele, sem a obrigação de planejar o que vai ser feito na cidade”, afirma Luiz Guilherme Gomes, membro do Grupo Impulsor do Nossa BH e secretário executivo do Nossa Betim.

Segundo Gomes, em Betim, onde as metas foram aprovadas em 20 de dezembro, o impacto já aparece no processo eleitoral. “Os candidatos já mencionam o Programa de Metas em seus discursos”, diz.

Nem sempre a aprovação de uma lei de metas basta para levar o programa adiante. Em Ilhéus, embora a emenda tenha sido aprovada em 2008, o programa ainda não deslanchou, porque “as diretrizes apresentadas pela prefeitura não tem ações, diagnósticos e nem indicadores a serem alcançados”, segundo Maria do Socorro Mendonça, coordenadora do Nossa Ilhéus.

Depois de São Paulo, outros 27 municípios aprovaram a criação de seus Programas de Metas (veja quadro na pág. 47). Em todos, a sociedade civil teve

de percorrer um longo caminho que começa nas conversas com os parlamentares, em busca de um consenso, e vai desembocar numa emenda à Lei Orgânica. É um caminho que pode ser encurtado se o Congresso aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna obrigatória a apresentação de um Programa de Metas e Prioridades nos três níveis de governo, para o presidente da República, governadores e prefeitos.

Em 18 de abril deste ano, a Câmara dos Deputados instalou uma comissão especial para analisar o mérito da proposta, que reúne dois projetos diferentes sobre o assunto: a PEC 10/2011, assinada por Luiz Fernando Machado (PSDB-SP) e a PEC 52/2011, assinada por Paulo Teixeira (PT-SP) e outros 173 deputados, feita em parceria com a Rede Nossa São Paulo.

Pela PEC 52, o governante do Executivo é obrigado a apresentar seu programa em até 90 dias após a posse e, em seguida, deve divulgar relatórios de desempenho a cada quatro meses, em até 30 de abril, 31 de agosto e 31 de dezembro de cada ano. A justificativa afirma que a proposta “destina-se a estimular a melhoria da gestão pública e a permitir à população melhor avaliação e o controle das ações, obras e serviços realizados pelo Poder Executivo”.

Já a PEC 10 traz uma diferença polêmica em relação à sua proposta-irmã: um item que prevê punição para o governante



Luiz Guilherme Gomes/Nossa BH

que desrespeitar suas promessas. “O não cumprimento do plano de metas, sem justificção, torna o titular do mandato inelegível”, diz o texto. O castigo aos políticos, contudo, deve ficar de fora do texto final, segundo o relator da comissão, deputado João Paulo Lima (PT-PE). “A possibilidade de punir um governante pelo não cumprimento das metas gera campo para uma campanha eleitoral antecipada. Se o governante não tiver maioria no Parlamento, pode levar a uma guerra”, afirma o deputado.

A ideia de vincular programas de metas a punições também não é bem vista pelo especialista Teixeira. “É preciso dar uma chance ao eleitor. Ele que não eleja o político se achar

que ele não teve um bom desempenho”, afirma. Pereira, da Nossa São Paulo, concorda: “A melhor punição é política”.

Já Socorro, da Nossa Ilhéus, defende o castigo: “Quem se coloca candidato a gestor se apresenta para todos como competente e faz promessas para ser vitorioso. Assim, deve também estar preparado para a sanção caso não cumpra o que prometeu”. ■

**Lançamento
do Sistema de
Indicadores na
Câmara de Belo
Horizonte**

SAIBA MAIS

Agenda 2012:

www.agenda2012.com.br

Rede Nossa São Paulo:

www.nossasaopaulo.org.br